

EDITORIAL

Tento sido convidado para assumir a função de editor do Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança (ESGPPJS), tive a satisfação de encontrar um periódico consolidado. Observa-se um bom fluxo de submissões, que permite à nossa equipe selecionar, entre dezenas de textos, aqueles mais adequados para cada edição. Embora seja um periódico que busca prestigiar nossos alunos de graduação, não raro as pesquisas apresentam a coautoria de professores mestres e doutores.

Agradecendo àqueles que me precederam, podemos agora buscar levar o Caderno da ESGPPJS a uma nova etapa. Torná-lo uma fonte bibliográfica habitual e segura para trabalhos de conclusão de curso e dissertações, voltado a cursos superiores de todo o Brasil. Para tanto, a partir da próxima edição, em meados de 2023, já poderemos contar com uma maior abrangência de submissões, graças aos contatos que estão sendo renovados e ampliados com professores e coordenadores de cursos. Também se tem renovado e ampliado o corpo de professores avaliadores, para que possamos garantir a qualidade das pesquisas que serão disponibilizadas ao público.

Dito isso, o presente volume do Caderno da ESGPPJS confirma seu caráter multidisciplinar, que tem marcado o perfil do periódico, desde seu nascimento. São oito artigos científicos, envolvendo temas do Direito, das Relações Internacionais e da Ciência Política.

No campo da Ciência Política, discute-se desde o processo decisório na administração pública, até a participação popular como um direito subjetivo no âmbito das políticas públicas municipais. Discorre-se, ainda, sobre a natureza do “lulismo” antes das eleições de 2022.

No campo das relações internacionais foram selecionados dois trabalhos que se interconectam. Um relacionado às agências de inteligência internacionais e o outro voltado ao cenário de segurança internacional face ao terrorismo.

Abrangendo áreas mais afetas ao Direito, deparamo-nos com trabalhos que examinam o federalismo brasileiro e o papel da Defensoria Pública como garante do acesso à justiça de mulheres vítimas de violência doméstica. Analisa-se, ainda, a descriminalização dos crimes de injúria e difamação.

Acreditamos que, a par da qualidade destes trabalhos, como produção científica, eles também oferecerão aos nossos leitores momentos de profunda reflexão.

Boa leitura!

Curitiba, dezembro de 2022.

Marcos da Cunha e Souza

Editor do Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança